

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE, criada pela Lei Estadual nº 6.003, de 12 de outubro de 1972, é uma sociedade de economia mista com sede na cidade de Belo Horizonte – MG, e suas atividades compreendem, preferencialmente, a execução dos serviços de tecnologia da informação para órgãos e entidades da administração pública, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais, que é o acionista majoritário, podendo ainda, por força da Lei Estadual n.º 12.325, de 08 de Outubro de 1996, estender seus serviços à iniciativa privada.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

(a) Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, cujos procedimentos e princípios se constituem nos princípios fundamentais de contabilidade.

Na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2008 foi adotado pela primeira vez as disposições da Lei 11.638/07 e MP nº 449/08.

(b) Impactos quando da adoção da Lei 11.638/07 e MP 449/08:

b.1 – Segregação do Ativo e Passivo em Circulante e Não-Circulante

b.2 – Extinção da conta “Ativo Diferido”, cujas contas foram transferidas para “Intangível” (ver nota explicativa nº 6)

b.3 – Criação no Ativo Não-Circulante do grupo de contas “Intangível”, definido também pelas resoluções 1139 e 1140 de 21/11/08 do Conselho Federal de Contabilidade

b.4 – DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos substituída pela DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas para o registro de direitos e obrigações, observado o princípio do conservadorismo. Essas estimativas abrangem vida útil de ativos imobilizados, perdas com contingências, entre outras.

(c) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios. Dessa forma, as receitas e os custos incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias, que foram calculados com base em índices ou taxas oficiais e que incidem sobre ativos e passivos circulantes e não-circulantes.

(d) Permanente

Está demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, com base em índices oficiais, combinados com os seguintes aspectos:

- Imobilizado – O imobilizado da companhia está demonstrado ao custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes, em relação às contas de terrenos, edificações/instalações deduzidos da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa n.º 4, que leva em consideração a vida útil-econômica dos bens;

- Diferido – O saldo apresentado em 2007, refere -se aos gastos com direitos de uso de sistemas adquiridos de terceiros que estão sendo amortizados pelo prazo de cinco anos e, em 2008 foram transferidos para o grupo de Intangível. Os valores estão demonstrados nas notas explicativas n.º 5 e 6.
- Intangível – – Em cumprimento ao disposto no art. 179, inciso VI da Lei 6.404/76, com redação da Lei 11.638/07, a Cia. transferiu os bens denominados como softwares e aplicativos próprios, anteriormente classificados como Diferido para o grupo de Intangível. Não sofrem amortização, devido à sua constante atualização, conforme avaliação de peritos independentes. Os valores estão demonstrados na nota explicativa nº6.

(e) Demais passivos circulantes e não-circulantes

Estão apresentados pelos valores conhecidos ou estimados, adicionados dos correspondentes encargos e variações monetárias e incorporam os juros e demais encargos contratuais incorridos até 31 de dezembro de cada ano.

3. CONTAS A RECEBER

	R\$	
	2008	2007
Estado de Minas Gerais:		
Administração Direta	2.334.958	12.429.228
Administração Indireta	660.631	890.335
Outros	-	40.738
	2.995.589	13.360.301
Contas a receber – Iniciativa Privada	36.649	36.734
Contas a receber – Prefeituras	377.144	115.595
Total	3.409.382	13.871.526
Menos: Ativo circulante	(3.409.382)	(12.351.129)
Ativo realizável a longo prazo	-	4.577.977

Em 12 de Novembro de 2007, foi celebrado um Termo de Reconhecimento de Prestação de Serviços com a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, onde esta reconheceu os débitos em aberto do período de junho de 2003 a fevereiro de 2005 no montante de R\$4.564.013, acrescido de encargos de R\$785.078, totalizando, dessa forma, o montante de R\$5.349.091, a ser recebido em 14 parcelas mensais, com vencimento final em 31 de dezembro de 2008.

4. IMOBILIZADO

	R\$				Taxas Anuais de depreciação
	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	2008 Líquido	2007 Líquido	
Terrenos	10.400.000	-	10.400.000	10.400.000	-
Edificações	11.388.895	3.511.978	7.876.917	1.925.000	4%
Equipamentos processamento dados	20.390.660	11.582.370	8.808.290	2.905.456	20%
Móveis, utensílios e ferramentas	1.655.667	979.497	676.170	327.407	10%
Rede de comunicação via satélite	3.844.997	3.366.150	478.847	610.362	7%
Veículos	424.692	83.866	340.826	-	20%



Direito de uso de software	-	-	5.587.932	-	20%
Software e aplicativos próprios	-	-	42.949.076	42.949.076	-
Outros	21.406	-	21.406	21.603	-
	<u>48.126.317</u>	<u>19.523.861</u>	<u>28.602.456</u>	<u>59.138.904</u>	

A reserva de reavaliação realizada no exercício, decorrente da depreciação, perfaz o valor de R\$98.547 no final de 2008 e R\$58.945 em 2007. Permanece no patrimônio líquido o montante de R\$40.608.439, ainda não realizado.

A Cia. optou por manter a reserva de reavaliação existente até a sua efetiva realização - art. 6º da Lei 11.638/07.

No exercício de 2007, foram alienadas à Secretaria da Fazenda 5 carretas, totalmente depreciadas, gerando uma receita não operacional de R\$ 856.409.

No presente exercício, foi alienada à Polícia Militar de Minas Gerais 1 (uma) carreta, totalmente depreciada, gerando uma receita de R\$ 172.000.

5. DIFERIDO

	R\$	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Direito de uso de sistemas	-	18.069.440
Amortizações acumuladas	-	(11.564.580)
	<u>-</u>	<u>6.504.860</u>

6. INTANGÍVEL

	R\$	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Softwares e Aplicativos Próprios	42.949.076	-
Direito de Uso de Sistemas	5.587.932	-
	<u>48.537.008</u>	<u>-</u>

7. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	R\$	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
PASEP	3.662.088	3.536.009
INSS	1.200.144	987.644
COFINS	970.308	1.180.484
Honorários e ordenados a pagar	1.955.396	1.701.720
FGTS	427.582	343.346
Plano Previd. PREVIMINAS	1.242.594	988.018
Contribuições retidas na fonte	245.248	34.813
	<u>9.703.361</u>	<u>8.772.034</u>



A Companhia possui um passivo contingente de PASEP, abrangendo o período de junho de 1999 a dezembro 2002, no valor de R\$3.356.168, cuja questão está “sub-judice”.

8. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS

	R\$	
	2008	2007
CURTO PRAZO		
Previdinas	296.418	
Salário Educação	-	37.126
Total Curto Prazo	296.418	37.126
LONGO PRAZO		
Previdinas	74.105	
Salário Educação	-	-
Total Longo Prazo	74.105	-
TOTAL	370.523	37.126

O parcelamento do Salário Educação, atualizado pela SELIC e acrescido de juros de 1% ao mês, teve a última parcela quitada em abril de 2008.

9. REFIS – PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

	R\$	
	2008	2007
DÉBITO CONSOLIDADO	37.758.119	37.758.119
Compensação de Prejuízos fiscais e de Base de Cálculo Negativa de CSSL	(8.041.659)	(8.041.659)
Outras Compensações	(257.685)	(257.685)
Dívida líquida consolidada	29.458.775	29.458.775
Pagamento de parcelas	(10.992.854)	(9.162.249)
Atualização monetária	20.256.908	18.861.620
Saldo devedor REFIS	38.722.829	39.158.146
Ajuste a valor presente (longo prazo)	(21.207.332)	(22.261.889)
Ajuste a valor presente (curto prazo)	(42.700)	(40.228)
Saldo devedor REFIS a valor presente	17.472.797	16.856.029
Menos: Passivo circulante	(1.249.468)	(1.177.124)
Exigível a longo prazo	16.223.329	15.678.905

Em 28 de abril de 2000, visando o parcelamento de impostos e contribuições federais vencidos até 29 de fevereiro do mesmo ano, a Companhia manifestou sua opção, aderindo ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, nos termos estabelecidos pela Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, e legislação complementar.

A Companhia utilizou prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social geradas em exercícios anteriores nos valores de R\$36.487.920 e R\$32.105.883, respectivamente, para amortizar parcela substancial dos valores das multas e dos juros incluídos no parcelamento, observado o limite de 15% dos prejuízos fiscais e de 8% das bases negativas de contribuição.

O saldo devedor do REFIS, atualizado devidamente pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, será quitado em parcelas mensais equivalentes a 1,5% da receita bruta em um prazo estimado de 30 anos.

Para o cálculo do valor presente do débito junto ao REFIS, foram adotadas as seguintes premissas:

- Foi calculado o valor médio dos pagamentos efetuados de janeiro de 2001 a dezembro de 2008;
- O montante do débito em 31 de dezembro de 2008, devidamente atualizado pela TJLP até esta data, foi dividido pelo valor médio dos pagamentos, encontrando o valor constante de cada parcela e o prazo para suas liquidações;
- O valor presente do débito foi obtido descontando-se o fluxo de pagamentos à taxa de 0,5208 % a.m., correspondente à TJLP do 4º trimestre de 2008.

Em garantia do parcelamento pleiteado junto ao REFIS, foi oferecido o imóvel onde se localiza a sede da Companhia.

A Companhia vem liquidando regularmente os impostos e contribuições vencidos após 29 de fevereiro de 2000, condição essencial para a sua permanência nesse programa.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- Capital Social

O capital social está representado por 77.227.838 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

- Reserva de reavaliação

Decorre da reavaliação dos bens do imobilizado, efetuada pela Companhia em 1989, 2001 e 2007, (vide Nota explicativa nº 4). É transferida para prejuízos acumulados na proporção em que os bens objeto de reavaliação são realizados por depreciação, venda ou baixa.

11. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para os bens do imobilizado, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, como seguem:

Veículos: estão segurados a valor de mercado

Instalações (edificações, estoques de filmes e fitas magnéticas, materiais do almoxarifado):

R\$5.610.000

Equipamentos de microinformática e de grande porte:

R\$2.846.746

Certificação Digital:

R\$1.000.000

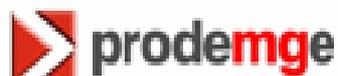
12. APOSENTADORIA E FUNDO DE PENSÃO

A Companhia, desde 01 de outubro de 1994, é uma das patrocinadoras da PREVIMINAS – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MINAS GERAIS, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios previdenciários concedidos pela previdência oficial aos seus empregados. Na data do balanço, conforme demonstrado na Nota explicativa nº 7, o exigível da Companhia perante a Fundação totaliza R\$1.242.594 em 2008 e R\$988.018 em 2007.

Em decorrência do patrocínio desses benefícios previdenciários, a Companhia assumiu em 27 de março de 1998, um débito de R\$13.217.852 a título de financiamento do passivo atuarial, existente na data de criação do plano, a ser pago no prazo de 240 meses, contados a partir de maio de 1998.

Em 31 de dezembro de 2008, o valor presente do débito é de R\$11.263.668 e R\$11.818.328 em 2007, restando ainda 112 parcelas.

13. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS



A Companhia possui passivos contingentes relativos a questões judiciais para as quais a administração, baseada em relatório dos seus assessores jurídicos internos, constituiu provisão no montante de R\$4.483.203 em 2008 e R\$2.812.766 em 2007, considerada suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer durante o exercício de 2009.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%, e o imposto de renda a 15%, mais adicional de 10%, sobre o lucro tributável, ambos em atendimento às disposições fiscais em vigor.

As despesas de contribuição social e imposto de renda apropriadas no resultado durante o exercício foram apuradas conforme demonstrado a seguir:

	<u>CONTRIB. SOCIAL</u>	<u>IMPOSTO RENDA</u>
RESULTADO CONTÁBIL ANTES DO IR/CS	7.526.716	7.526.716
Adições	1.916.323	1.916.323
Exclusões	(58.260)	(122.230)
LUCRO REAL/BASE POSITIVA C.SOCIAL	<u>9.384.780</u>	<u>9.320.810</u>
Compensação prejuízos fiscais e bases negativas	(2.815.434)	(2.796.243)
RESULTADO TRIBUTÁVEL	6.569.346	6.524.567
Incentivos fiscais –PAT	-	(39.147)
Provisões	<u>591.241</u>	<u>1.567.994</u>

A Companhia possui R\$45.516.503 de bases de cálculos negativas da contribuição social e R\$46.371.588 de prejuízos fiscais, a serem compensados com resultados positivos futuros, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) para cada exercício fiscal, na forma da lei.

15. AJUSTE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Representado por reconhecimento de débitos junto à Previminas, referente ao período de set/2003 a set/2004, débitos Auxílio Creche/Auxílio Excepcional exercício 2006 e IRRF exercício 2005, conforme demonstrado abaixo:

	<u>R\$</u>
PREVIMINAS	535.570
AUX.CRECHE/EXCEP.	71.016
IRRF	14.969
TOTAL	<u>621.555</u>



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Renata Maria Paes de Vilhena – Presidente

Isabel Pereira de Souza

Fernando Félix Vera Cruz

Catão de Castro Neto

José Domingos Filho

Nelson de Andrade Reis

Luiz Vicente Ribeiro Calicchio Filho

DIRETORIA EXECUTIVA

Isabel Pereira de Souza – Diretora Presidente

Cássio Drummond de Paula Lemos – Vice-Presidente

Sérgio Augusto Gazzola – Diretor de Desenvolvimento de Sistemas

Nathan Lerman – Diretor de Negócios

Maria Celeste Cardoso Pires - Diretora de Gestão Empresarial

Raul Monteiro de Barros Fulgêncio - Diretor de Produção

CONSELHO FISCAL

Maria da Conceição Barros Resende

Maria de Fátima Oliveira Ribeiro

Ricardo Almeida Marques Mendonça

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA

Ivete Valinhas

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

Maria Kátia Lacerda de Oliveira

Contadora – CRC MG – 065.189/O-8